



Presidência da República  
Casa Civil  
Agência Brasileira de Inteligência

## MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

PREGÃO Nº 28/2023

(Processo Administrativo nº 00091.014305/2021-60)

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de um Sistema Fotovoltaico (SFV) on-grid no Complexo Sede da Agência Brasileira de Inteligência - Abin, em Brasília - DF, com potência total de 1300 kWp, composto por duas miniusinas de 650 kWp conectadas na baixa tensão das subestações C e D, inclusive elaboração e aprovação de projeto executivo na concessionária local de energia, com fornecimento e instalação de nova cabine primária de medição e proteção em media tensão, com estações meteorológicas, serviços de instalação e configuração, treinamento e serviço continuado de aferição de performance pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO	Identificação CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Aceitável
1	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de um Sistema Fotovoltaico (SFV) on-grid no Complexo Sede da Agência Brasileira de Inteligência - Abin, em Brasília - DF, com potência total de 1300 kWp, composto por duas miniusinas de 650 kWp conectadas na baixa tensão das subestações C e D, inclusive elaboração e aprovação de projeto executivo na concessionária local de energia, com fornecimento e instalação de nova cabine primária de medição e proteção em media tensão, com estações meteorológicas, serviços de instalação e configuração, treinamento e serviço continuado de aferição de performance pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos	19747	unidades	01	R\$ 9.237,61

1.2. Compõem o contrato o fornecimento de todos os serviços, insumos, materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos Anexos deste Termo de Referência.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O contrato terá vigência pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

1.7. O prazo de execução é de 35 (trinta e cinco) meses, sendo 11 meses referentes a elaboração de projeto executivo e ao fornecimento e instalação da usina e 24 meses referente a aferição de performance da mesma, conforme detalhado no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas e no Cronograma Físico Financeiro em anexo.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os detalhes técnicos da solução estão detalhados no caderno de encargos e especificações técnicas anexo a este Termo de Referência.

3.3. Registre-se que nas especificações dos serviços, a eventual indicação de marca ou modelo de algum produto não se constitui exigência de exclusividade e sim indicativo de necessidade de adequação e de qualidade, sendo que a Administração aceitará, nesses casos, outra marca e/ou modelo com qualidade e características iguais ou superiores ao indicado.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. As especificações detalhadas dos equipamentos, instalações e todos os serviços a serem executados estão definidas no Termo de Referência e seus anexos.

5.1.2. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada, credenciada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência. Os serviços e produtos que serão contratados são facilmente encontrados no mercado local e já são amplamente utilizados em outras instituições, não existindo restrição de fornecedores.

- 5.1.3. É necessário que a contratada forneça inicialmente um projeto executivo, a ser analisado e aprovado preliminarmente pela fiscalização da ABIN. Após a aprovação preliminar da fiscalização, a CONTRATADA deverá providenciar a aprovação desse projeto na concessionária local de energia e nos demais órgãos competentes.
- 5.1.4. Caberá à CONTRATADA as providências necessárias para a emissão de todas as licenças e autorizações necessárias para instalação da usina, inclusive as licenças ambientais, bem como a preparação do terreno onde deverão ser instaladas as usinas fotovoltaicas.
- 5.1.5. Após aprovação do projeto executivo e emissão das licenças necessárias, por parte dos órgãos competentes, bem como preparação do terreno, será feito o fornecimento de materiais e equipamentos, montagem e colocação em pré-operação, com realização dos testes (inclusive quanto à potência total instalada e eficiência do inversor, módulos fotovoltaicos, otimizadores, entre outros testes), e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, conforme detalhado no caderno de encargos e especificações técnicas em anexo.
- 5.1.6. Após entrega final do objeto a empresa será ainda responsável pelo serviço de aferição e performance da usina durante o período de 24 meses, conforme detalhado no caderno de encargos e especificações técnicas em anexo.
- 5.1.7. Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da ABIN.
- 5.1.8. Trata-se de serviço comum de engenharia a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua, forma eletrônica.
- 5.1.9. O serviço aqui descrito enquadra-se como não continuado, nos termos do art. 16, da IN 05/2017, já que ele impõe ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço em um período predeterminado e a prestação do serviço irá se encerrar com o fornecimento do objeto. Portanto, refere-se à prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.1.10. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 5.1.11. Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.
- 5.1.12. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 5.1.13. A elaboração do projeto deverá considerar sempre as normas da ABNT, sua qualidade, os requisitos de segurança, funcionalidade, adequação ao interesse público, economia, facilidade na execução da obra, sua conservação, manutenção, durabilidade, adaptações para portadores de necessidades especiais (em conformidade com a Lei 10.098 de 2000 e NBR 9050/2005), adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho com o mínimo impacto ao meio ambiente.
- 5.1.14. Para elaboração das estratégias sustentáveis deverão ser seguidos os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 1 – SLTI/MPOG, de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras pela administração pública federal e o Decreto nº 7.746, de 2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.
- 5.1.15. Deverão ser utilizados critérios de projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização das instalações e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.
- 5.2. Os serviços serão solicitados à Contratada pela Abin, por meio da emissão de Ordem de Serviço (OS), a qual conterá sua especificação e quantidade.
- 5.3. Após a emissão da OS, pela Abin, dar-se-á início a contagem do prazo de execução dos serviços.
- 5.4. A execução dos serviços e o fornecimento e a instalação dos materiais e equipamentos obedecerão rigorosamente:
- 5.4.1. as normas e especificações constantes no presente termo;
  - 5.4.2. as prescrições e recomendações dos fabricantes;
  - 5.4.3. as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes;
  - 5.4.4. as normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
  - 5.4.5. as normas da Abin;
  - 5.4.6. a Lei nº 8.666, de 1993;
  - 5.4.7. leis, normas e regulamentos, inclusive os de segurança pública, de empresas concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros Militar / DF;
  - 5.4.8. as disposições governamentais legais (pertinentes);
  - 5.4.9. demais condições e/ou exigências contidas no edital respectivo e seus anexos.
- 5.5. A Abin partirá do princípio de que a Contratada está ciente das condições de trabalho e quantitativos estimados.
- 5.6. Não serão aceitas, em hipótese alguma, reclamações advindas de dificuldades técnicas não previstas.
- 5.7. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a fiscalização, que se encontrará a disposição da empresa, antes da execução dos serviços.
- 5.8. O serviço será executado, preferencialmente, durante o horário de expediente, das 08:00 às 18:00 horas, podendo, a critério da Abin, ser deslocado para outros horários (noturno ou dias não úteis) caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Abin, sem ônus adicionais ao contrato.
- 5.9. Para fins da execução dos serviços, a Contratada alojará nas dependências da Abin recursos humanos de seu quadro nas quantidades mínimas suficientes para o total cumprimento do objeto contratado.
- 5.10. Correrão por conta e risco da Contratada a substituição de materiais e equipamentos em desacordo com as especificações e/ou considerados impróprios pela fiscalização da Abin.
- 5.11. Caso haja recusa de algum material ou equipamento por parte da Abin, a empresa deverá retirá-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.12. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.
- 5.13. O prazo de vigência do contrato é de 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente,

com base no artigo 57 da Lei 8.666, de 1993.

5.14. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.15. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas em seção específica neste Termo de Referência.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e nas obrigações da contratada.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo email: "engenharia@abin.gov.br".

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. Para a realização da vistoria, o representante da licitante deverá realizar prévio agendamento, conforme item acima, informando número do documento de identidade civil e CPF, a fim de realizar sua entrada no órgão, apresentar documento expedido pela licitante que comprove sua habilitação para realizar a vistoria além de documento que comprove seu registro no conselho de classe respectivo.

7.2.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.2.4. Realizada a visita/vistoria, a COENG emitirá o Atestado de Vistoria, conforme modelo definido anexo deste Termo de Referência, atestando textualmente que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.

7.2.5. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como álea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

7.2.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.3. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria nos locais, firmará declaração conforme modelo anexo deste Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço do presente Termo.

7.4. A apresentação do Atestado de Visita/Não Vistoria, conforme modelo disponibilizado em anexo deste Termo de Referência, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços serão desenvolvidos no Complexo sede da ABIN/DF, localizado no Setor Policial, Área 05, Quadra 01, Asa Sul - Brasília-DF nos horários de trabalho normal da contratante, ou seja, em horário comercial.

8.1.2. A Contratada deverá considerar em seu escopo atividades a serem realizadas fora do horário comercial e durante finais de semana, caso necessário.

8.1.3. A Contratada deverá elaborar projeto executivo e fornecer todos os equipamentos, materiais e componentes necessários para instalação e operação da Usina Minigeradora Fotovoltaica, conforme detalhado no caderno de encargos e especificações técnicas e nos demais anexos deste Termo de referência.

8.1.4. A Contratada será responsável por todos os serviços complementares eventualmente necessários para a adequação do local de instalação da usina, tais como preparação do terreno, terraplanagem, extração ou poda de árvores, obtenção de licenças (inclusive ambientais), dentre outros.

8.1.5. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da Ordem de Serviço, anexa a este Termo de Referência, que ocorrerá após a assinatura do Contrato.

8.1.6. A ordem de serviço apenas será emitida após a entrega, à fiscalização do Contrato, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de todos os profissionais e disciplinas técnicas abrangidas pelo Contrato, conforme definido no caderno de encargos e especificações técnicas.

8.1.7. Previamente à emissão da Ordem de Serviço, será realizada reunião da Contratante com a Contratada, devendo estar presentes, obrigatoriamente, os engenheiros e encarregados responsáveis pela execução dos serviços.

8.1.8. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem Serviço.

8.1.9. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a Ordem de Início dos Serviços não será emitida pela Fiscalização até sua regularização.

8.1.11. Junto com a ART e para emissão da ordem de serviço, a Contratada deverá entregar cronograma detalhado da execução física prevista dos trabalhos para aprovação pela Contratante, devendo observar o máximo desembolso previsto no cronograma físico-financeiro.

8.1.13. Também como requisito para emissão da ordem de serviço, deverá ser entregue lista com nome, função, CPF e RG de todos os profissionais que adentrarão no Complexo da ABIN para prestar os serviços. Eventuais alterações na lista de funcionários apenas pode ser realizada 1 (uma) vez por semana. Funcionários que necessitem entrar esporadicamente, tais como entregadores, fornecedores ou similares, deverão ter o agendamento solicitado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.1.15. Assim que emitida a ordem de serviço já devem ser iniciadas as tratativas para elaboração e aprovação do projeto executivo e obtenção das demais licenças necessárias.

8.1.15.1. Sempre que solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA ficará obrigada esclarecer e detalhar as soluções técnicas adotadas nos projetos executivos.

- 8.1.15.2. Os projetos, pranchas, especificações técnicas, desenhos e orçamento deverão ser seguidos impreterivelmente em todos os detalhes, sendo que, caso seja necessária qualquer alteração, a Fiscalização deverá ser previamente consultada e sua autorização expressa é essencial para que se proceda qualquer modificação.
- 8.1.15.3. Durante a execução dos serviços, se houver casos omissos, dúvidas, divergências, necessidade de modificações ou de readequações em algum detalhe executivo, a Contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a Fiscalização da Contratante, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.
- 8.1.16. O prazo total previsto para fornecimento e instalação da usina fotovoltaica é de até 11 (onze) meses, contado a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.
- 8.1.17. O prazo previsto para entrega do projeto executivo e de todas as licenças necessárias para implantação da usina é de até 3 meses, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.
- 8.1.18. O prazo previsto para a entrega das placas fotovoltaicas, inversores e otimizadores é de até 8 meses, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.
- 8.1.19. O prazo previsto para que 100% dos equipamentos (inversores, otimizadores e placas) estejam fixados em suas posições definitivas é de até 10 meses, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.
- 8.1.20. O prazo de execução do serviço continuado de Aferição de Performance será de 24 (vinte e quatro) meses, contados após o recebimento definitivo da instalação.
- 8.1.21. Somente será permitido o início dos serviços de instalação após a apresentação, pela Contratada, dos documentos e cumpridas as demais obrigações previstas neste instrumento e seus anexos. A contagem do prazo para execução dos serviços será iniciada na data limite fixada na Ordem de Serviço, ainda que a Contratada não apresente a documentação mencionada acima, nem instale a placa de identificação, salvo justificativas aceitas pela Fiscalização.
- 8.1.22. O cronograma físico-financeiro deverá servir como referência para as licitantes elaborarem suas propostas. A Contratada poderá efetuar seu próprio planejamento, considerando a produtividade de suas máquinas, equipamentos e mão-de-obra, sem, contudo, exceder o prazo estipulado para a conclusão do objeto contratado, desde que observada a disciplina da Lei n.º 8.666/1993 e demonstrada a inequívoca vantajosidade da medida para o interesse público.
- 8.1.23. A Contratada deverá apresentar tal cronograma físico-financeiro, detalhado em diagrama de Gantt, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço. Ambos serão submetidos à aprovação pela Fiscalização.
- 8.1.24. Sempre que for firmado termo aditivo ou houver atraso nos serviços, justificado pela Contratada e aceito pela Fiscalização, a Contratada deverá elaborar, no mesmo prazo citado acima, cronograma físico-financeiro e diagrama de Gantt atualizados, rearranjando a programação dos serviços atrasados. O cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização.
- 8.1.25. O cronograma físico-financeiro, bem como o diagrama de Gantt apresentados pela Contratada, em qualquer caso, serão analisados pela Fiscalização em até 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento.
- 8.1.26. Após a análise da Fiscalização, a Contratada deverá efetuar as alterações necessárias no cronograma físico-financeiro e no diagrama de Gantt e apresentá-los novamente à Fiscalização em até 2 (dois) dias úteis.
- 8.1.27. O cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada e aprovado pela Fiscalização, servirá como base também para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções.
- 8.1.28. Caso a Contratada não apresente o cronograma físico-financeiro, ou não promova as devidas alterações após a análise da Fiscalização, considerar-se-ão como aprovados o cronograma e o diagrama elaborados pela Fiscalização, os quais servirão de base para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso.
- 8.1.29. O fato de considerar o cronograma e diagrama elaborado pela Fiscalização como aprovados não isenta a Contratada de sofrer as sanções contratuais.
- 8.2. Caso a Contratada julgue não poder concluir os serviços dentro do prazo de execução contratual, esta deverá expor os motivos à Fiscalização, por escrito, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução do objeto contratado, sendo necessária a celebração de Termo Aditivo para eventual dilação de prazo de execução e vigência previstos no contrato.
- 8.2.1. Essa exposição não representa aceitação de dilação de prazo pela administração, indica, porém, que será apenas analisada, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas neste Termo de Referência.
- 8.2.2. Deverá ser alocado, no mínimo, 1 (um) engenheiro eletricista pleno, com ART registrada, **por, no mínimo, 8 (oito) horas diárias, ou seja, em período integral**, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, conforme caderno de encargos e especificações técnicas em anexo, sendo o responsável pela interlocução entre a Contratante e Contratada, vedada a utilização de profissionais sem qualificação comprovada, como estagiários, aprendizes ou afins.
- 8.2.3. O responsável técnico deverá acionar a Fiscalização sempre que houver dúvidas durante a execução dos serviços, de forma a dirimi-las antes da execução, sob o risco de refazer os serviços em desconformidade.
- 8.2.5. Também deverá acionar a fiscalização de forma a atestar a conclusão dos serviços para fins de medição ou de teste.
- 8.2.7. O engenheiro eletricista responsável deverá ser o mesmo que consta nos documentos apresentados junto à proposta da Licitante, sendo aceita a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, formalizada previamente junto à Contratante.
- 8.2.9. Deverá ser alocado, no mínimo, 1 (um) engenheiro civil pleno, com ART registrada, **por, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias**, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, conforme caderno de encargos e especificações técnicas em anexo.
- 8.2.10. Deverá também ser alocado 1 (um) encarregado geral, em tempo integral, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela gerenciamento e coordenação dos serviços em campo, orientando a mão de obra durante a execução do contrato.
- 8.2.11. Deverá também ser alocado 1 (um) técnico em segurança do trabalho com encargos complementares, com permanência mínima de 4 (quatro) horas diárias, conforme descrito no Termo de Referência e seus anexos.
- 8.2.13. O técnico em segurança do trabalho deverá elaborar as Análises Preliminares de Risco (APR) dos serviços a serem executados e fiscalizar a execução em campo das medidas de segurança recomendadas.
- 8.2.15. O engenheiro responsável, o encarregado geral e o técnico em segurança do trabalho deverão ser formalmente designados à fiscalização do contrato e ter sua indicação aceita.
- 8.2.17. O encarregado geral deverá possuir competência técnica comprovada mediante registro em carteira de trabalho e empresa e deverá ser apresentado formalmente à fiscalização da Contratada.
- 8.2.19. Os profissionais citados nos itens anteriores deverão seguir o regime de tempo especificado durante toda a duração do contrato, sendo responsáveis pelo preenchimento do Diário de Ocorrências e sua atualização, bem como pelo controle do uso de EPI's e EPC's, conforme NR-6 do Ministério do Trabalho e demais normativos aplicáveis.
- 8.2.21. Durante o desligamento de energia necessário para realização dos serviços relacionados à interligação e energização da usina fotovoltaica a CONTRATADA deverá dispor de efetivo de mão de obra, material, ferramentas e equipamentos em quantidade adequada para minimizar ao máximo o período necessário de desligamento de energia e os consequentes impactos

para a Abin. Para tanto, durante os desligamentos de energia necessários, os serviços deverão ser realizados de maneira simultânea em todas as instalações da usina e na cabine de medição e proteção de entrada com o objetivo de minimizar o tempo necessário de desligamento de energia das instalações da Abin.

8.2.23. Todo o entulho e resíduos gerados devem ser periodicamente acondicionados e transportados para local apropriado dentro do canteiro, aguardando momento oportuno de transporte externo e destinação adequada, conforme legislação local e federal.

8.2.25. Nenhum entulho poderá ser retirado dos locais de trabalho antes da emissão e entrega à Fiscalização do correspondente CTR.

8.2.27. Os entulhos deverão ser dispostos em caçambas ou similares, sendo totalmente vedado deixá-los expostos no gramado da edificação, no interior desta ou sem condicionamento adequado.

8.3. É de responsabilidade da Contratada a guarda e a conservação de materiais, acessórios, peças e aparelhos durante a execução dos serviços, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

## **9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. Todas as informações relevantes para o dimensionamento da proposta estão detalhadas no item 4 do Estudo Técnico Preliminar e nas informações técnicas detalhadas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:

10.10.1. "as built" elaborado pelo responsável por sua execução;

10.10.2. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.10.3. Demais documentos técnicos indicados no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas em Anexo.

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital do domicílio ou sede do

contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.

11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

11.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

11.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

11.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.34. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

- 11.36. Elaborar o Diário de Serviços, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 11.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 11.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 11.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 11.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 11.39.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 11.39.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 11.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 11.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 11.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 11.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 11.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 11.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 11.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 11.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 11.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 11.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 11.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 11.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 11.41.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 11.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 11.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 11.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 11.45. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

11.45.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

11.46. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.47. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela Fiscalização quanto à execução do objeto contratado.

11.49. Verificar, *in situ*, as condições para a execução do contrato, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de todas as etapas dos serviços.

11.50.1. Quaisquer danos causados pela Contratada diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ação ou omissão, inclusive de seus profissionais, serão de inteira e única responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

11.50.3. A Contratada deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços usando materiais e acabamentos idênticos e/ou similares aos existentes.

11.50.5. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia os valores referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços contratados.

11.50.7. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante não exclui ou reduz essa responsabilidade.

11.51. Manter os profissionais, quando nas instalações da Contratante, com apresentação condizente ao ambiente onde o serviço será executado e devidamente fardados e identificados com uso permanente de crachá.

11.52.1. A Contratada deverá também responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto deste Contrato, ainda que ocorridos em via pública ou nas dependências da Contratante.

11.53. Armazenar, em local indicado pela Fiscalização, todos os materiais que forem retirados, para avaliação da Contratante. Todo material retirado, descrito nas especificações deste Termo de Referência e seus anexos cujo descarte não foi autorizado, pertence à Contratante.

11.55. Prestar, prontamente, toda a assistência técnico-administrativa necessária para a regular fiscalização do Contrato, mantendo preposto aceito pela Contratada e com competência para responder e tomar decisões pela Contratada, permitindo também o livre acesso da Fiscalização ao local dos serviços.

11.57. Acatar as determinações feitas pela fiscalização da Contratante no que tange ao cumprimento deste Contrato.

11.59. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.61. Observar postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança orgânica/corporativa da Contratante, incluindo a necessidade de guarda de sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, instruindo seus empregados quanto à necessidade de acatar tais normas.

11.63. Apresentar declaração da fabricante dos equipamentos atestando que a garantia será mantida com os serviços prestados pela contratada, sob pena de assumir a obrigação de reparar eventuais danos caso a garantia seja perdida.

11.65. Executar acabamentos, verificações em todos os trabalhos realizados, recolhimento de sobras de materiais e limpeza da área onde serão executadas as intervenções de trabalho. Os materiais eventualmente não utilizados serão de propriedade do Contratante.

11.67. Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévias da Contratante, quaisquer mudanças nos métodos executivos e/ou materiais que fujam às especificações do Caderno de Encargos e deste Termo de Referência.

11.68.1. Não serão aceitos pela Fiscalização os serviços executados ou os materiais empregados sem a referida aprovação.

11.68.3. Uma vez aprovados os métodos e/ou materiais a serem utilizados e suas condições de execução, os demais lotes/partidas ainda ficarão sujeitas à aceitação da fiscalização.

11.68.5. Depois de verificadas pela Fiscalização, as amostras serão conservadas no canteiro de serviço até o final dos trabalhos, de forma a facultar a qualquer tempo a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

11.68.7. Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar ainda a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações correrão por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante.

11.69. Executar os serviços nos horários predeterminados pela Contratante, conforme horário de expediente normal do órgão.

11.70.1. Solicitar formal autorização da Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para execução de serviços fora do horário normal de expediente (noite, fins de semana e feriados).

11.70.3. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.

11.71. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a Contratante for compelido a responder, em decorrência desta contratação.

11.73. Dimensionar sua proposta de forma que englobe o fornecimento de toda ferramenta, equipamento e utensílio para uso no canteiro de serviço de acordo com o plano de execução pretendido, observadas as determinações deste Termo de Referência, além de licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.

11.74.1. A proposta deverá considerar eventuais despesas de transporte, carga, descarga, movimentação, içamento, perdas e estocagem, dentro e fora do local dos serviços, assim como o processo de sua utilização, além da limpeza final dos locais que sofreram intervenção.

11.74.3. A proposta deverá considerar eventuais testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



#### **14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. A fiscalização avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Termo de Referência, o Caderno de Especificações Técnicas, bem como os demais projetos e especificações anexos a este Termo de Referência, para a aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

14.13.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.13.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.14. A utilização do Caderno de Especificações Técnicas e dos projetos anexos a este Termo de Referência não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos adicionais para a avaliação da prestação dos serviços.

14.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.15.1. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Termo de Referência, seus anexos e demais instruções fornecidas pela Fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática da engenharia, poderá a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus à Contratante;

14.15.2. Os serviços rejeitados pela Fiscalização, por não estarem de acordo com este Termo de Referência, deverão ser refeitos corretamente e com antecedência necessária para não prejudicar o andamento cronológico da contratação, arcando a Contratada com o ônus do fato.

14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexos VII e IX, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.2.1. Conforme recomendações do TCU (Acórdão 1977/2013), as medições serão realizadas por etapas, adequadamente definidas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, em conjunto com o Cronograma Físico-Financeiro e com a Planilha Orçamentária em anexo. Dessa forma, a medição e o pagamento serão realizados somente a partir da conclusão do avanço físico de cada etapa. Assim, caso alguma das etapas previstas para a conclusão em determinado período, conforme Cronograma Físico-Financeiro, não seja finalizada, os atrasos serão considerados sobre toda a etapa, independente do percentual já executado. Também não será permitida a medição por etapas fora dos marcos estipulados, ou seja, com periodicidade mensal.

15.2.2. Além do fiel cumprimento e observância a normas técnicas, projetos, especificações e orçamento, o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas em anexo traz alguns pontos a serem observados, bem como critérios de medição e pagamento de cada uma das etapas. O rol de observações listadas não pode ser tratado como exaustivo, sendo meramente exemplificativo.

15.2.3. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA solicitará à CONTRATANTE a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos e aprovados os serviços pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa.

15.2.4. A administração local, inclusive a equipe técnica e as locações, será medida e paga conforme a progressão física dos serviços, isto é, de forma proporcional à execução física do Contrato, de acordo com os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela fiscalização a cada medição, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

15.2.5. A administração local não será paga durante o período de elaboração do projeto executivo e nem durante o período de aferição e performance, pois se aplica somente ao período previsto de efetiva execução local dos serviços dentro do complexo da Abin.

15.2.6. O valor referente ao projeto executivo será pago conforme cronograma físico financeiro em anexo, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor pago após aprovação do projeto pela Fiscalização da Abin e os 50% (cinquenta por cento) restantes após aprovação final na concessionária local de energia, desde que atendido todos os requisitos técnicos pertinentes definidos no caderno de encargos e especificações técnicas em anexo.

15.2.7. Os valores referentes ao **fornecimento** da cabine primária de medição e proteção, do cabeamento de media tensão, do kit fotovoltaico (inversores, módulos e otimizadores) e das estações meteorológicas serão pagos conforme cronograma físico financeiro em anexo, sendo 80% (oitenta por cento) do valor pago após posto no canteiro de serviços dentro da Abin (desde que atendidos todos os requisitos técnicos e de qualidade e procedidas as análises previstas no caderno de especificações técnicas em anexo) e os 20% (vinte por cento) restantes pagos após instalação, energização e comissionamento da usina fotovoltaica.

15.2.8. Os valores referentes aos demais itens da planilha orçamentaria serão pagos conforme cronograma físico financeiro em anexo, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e de qualidade e procedidas as análises previstas no caderno de especificações técnicas em anexo.

15.2.9. O cronograma físico-financeiro do Contratante, anexo a este Termo de Referência, tem a função de apresentar a ordem de execução das etapas e o máximo de desembolso previsto.

15.2.10. Deverá ser seguido rigorosamente o cronograma detalhado de execução física previsto entregue para a fiscalização.

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **16. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade, conforme explicitado no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

16.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

16.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultados.

16.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

16.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

16.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

16.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 60 (sessenta) dias.

16.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.6.1. o prazo de validade;

17.6.2. a data da emissão;

17.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.6.4. o período de prestação dos serviços;

17.6.5. o valor a pagar; e

17.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

17.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 ) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------	--

## 18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI (SICRO) do mês de julho do ano de 2023 e em pesquisa de mercado do mês de março do ano de 2023 (nos itens nos quais não foi possível usar o SICRO).

18.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice INCC-M - Índice Nacional da Construção Civil - exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.10. Será considerada extinta a garantia:

19.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 20.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "20.2.4" também é aplicável em quais quer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 20.4. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,025% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,050% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,100% ao dia sobre o valor do contrato
4	0,200% ao dia sobre o valor do contrato
5	0,400% ao dia sobre o valor do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Deixar de comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	03
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
12	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	02
13	Deixar de providenciar a remoção contínua de entulho e detritos dos locais de serviço, utilizando-se de transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.	01
14	Deixar de entregar a ART/RTT, o Diário de Ocorrências, o Programa de Gerenciamento de Riscos e demais documentos pertinentes à execução do Contrato, por dia e por ocorrência.	02
15	Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou EPI, por ocorrência;	03
16	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato, por ocorrência;	01
17	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
18	Deixar de recompor os elementos danificados durante a execução dos serviços, utilizando materiais e acabamentos equivalentes aos pré-existentes.	02
19	Reutilizar materiais sem autorização expressa da fiscalização.	01
20	Deixar de disponibilizar relatório diário de ocorrências (RDO), diariamente atualizado, para a análise da Fiscalização.	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas neste Termo de Referência e no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, em plena validade;

21.3.2. Quanto à **capacitação técnico-operacional**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

21.3.2.1. Instalação de sistema de geração fotovoltaica com potência mínima de pelo menos **500 kWp**;

21.3.2.2. Instalação de cabine de medição e proteção em média tensão para atendimento de subestação com capacidade mínima de **500 kVA**.

21.3.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

21.3.3.1. O atestado deverá ser firmado por representante legal do Contratante, indicando a respectiva data de emissão.

21.3.3.2. O atestado deverá fazer referência ao documento de responsabilidade técnica (ART ou RRT) expedido em razão das obras ou serviços executados.

21.3.4. Será admitido somatório de diferentes atestados para a comprovação da execução anterior de todos os tipos de serviços exigidos nos itens 21.3.2.1 a 21.3.2.2.

21.3.5. Não será aceito o somatório de quantitativos de diferentes atestados a fim de alcançar o quantitativo mínimo exigido para cada tipo serviço exigido nos itens 21.3.2.1 a 21.3.2.2, em virtude da diferença operacional, gerencial e da técnica a ser utilizada para a execução dos quantitativos dos serviços indicados.

21.3.6. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

21.3.6.1. Para o Engenheiro Eletricista:

- a) Serviços de instalação de sistema de geração fotovoltaica;
- b) Serviços de instalação de cabine de medição e proteção em média tensão.

21.3.6.2. Para o Engenheiro Civil:

- a) Serviços de instalação de estrutura metálica para sistemas de geração fotovoltaica.

21.3.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

21.3.8. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

21.3.9. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

21.3.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

21.3.10.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ 9.237.651,47 (nove milhões, duzentos e trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha orçamentária anexa ao edital.

21.5. Por se tratar de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

21.6. Para fins de aplicação do dispositivo anterior, entender-se-á por "etapa" cada linha do cronograma físico-financeiro apresentado, com nível de hierarquia principal.

21.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21.9. A proposta vencedora deverá conter como anexos os documentos abaixo, com a devida indicação de seu autor e registro no conselho de classe respectivo:

21.9.1. **Planilha Sintética de Orçamento**, contendo todos os custos unitários, os quantitativos e os custos totais de cada serviço, bem como o custo e o preço total da proposta para a execução do objeto da contratação.

21.9.1.1. Entende-se como preço total o custo total acrescido da parcela relativa ao BDI.

21.9.1.2. A planilha deverá possuir assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

21.9.2. **Planilha Analítica, de Composições de Preço Unitárias (CPU), de Orçamento**, contendo o detalhamento de todos os custos unitários utilizados na planilha orçamentária apresentada na proposta, demonstrando a origem e a formação dos custos dos serviços, bem como a indicação dos coeficientes de produtividade.

21.9.2.1. Os custos unitários dos serviços devem coincidir com os seus respectivos custos unitários dispostos na Planilha Sintética de Orçamento.

21.9.2.2. Caso os custos unitários dos insumos ou das composições auxiliares apresentem variações entre composições, serão adotados, para fins de análise e aprovação de futuros e eventuais termos aditivos, aqueles que resultarem nos menores custos para esta Administração.

21.9.2.3. Exemplo: na composição A, a composição auxiliar de eletricista apresenta custo unitário de R\$ 16,00/Hh; enquanto que na composição B, a mesma composição apresenta um custo unitário de R\$ 14,00/Hh. Caso seja necessária a prolação de termo aditivo, será considerado, para a composição auxiliar de eletricista, o custo de R\$ 14,00/Hh.

21.9.2.4. A planilha deverá possuir assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

21.9.3. **Cronograma Físico-Financeiro**, apresentado pela licitante readequado à proposta vencedora, deverá ter periodicidade mensal e subdividido nas fases/etapas definidas no orçamento de referência, anexo deste TR.

21.9.3.1. O cronograma físico-financeiro da Contratante, anexo deste TR, tem a função de representar a ordem de execução das etapas e o máximo de desembolso previstos pela Administração.

21.9.3.2. Os pagamentos referentes à Administração Local deverão ser proporcionais à execução física do contrato, devendo a licitante abster-se de utilizar valores mensais fixos, evitando-se, assim, desembolsos indevidos para o item em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas ao prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 55, inciso III, e 92 da Lei nº 8.666/1993.

21.9.3.3. Para cada mês, deverá haver a indicação do percentual de etapa concluída, assim como do desembolso financeiro

referente a cada fase/etapa e o desembolso financeiro acumulado.

21.9.3.4. O cronograma físico-financeiro deverá possuir assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

21.9.4. **Planilha de Composição do BDI**, discriminando os percentuais unitários e os percentuais totais utilizados pela Licitante para elaborar a sua proposta.

21.9.4.1. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos seus encargos tributários.

21.9.4.2. Os impostos a serem adotados devem ser indicados na proposta da Licitante, conforme a legislação vigente e o seu respectivo regime de tributação

21.9.4.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte, pela Contratante, os percentuais estabelecidos na legislação vigente (conforme Manual do Substituto Tributário do ISS, em sua versão de maio de 2022, deverá ser retido 1% de ISS sobre o valor nota fiscal, sem qualquer dedução, ressalvados os casos em que a retenção não é devida, impondo-se ao prestador a responsabilidade subsidiária de ajuste e de apuração regular do imposto).

21.9.4.4. A planilha deverá possuir assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

21.9.5. **Planilha de Composição dos Encargos Sociais**, discriminando os percentuais unitários e os percentuais totais utilizados pela Licitante para elaborar a sua proposta.

21.9.5.1. Os percentuais relativos às leis sociais a serem aplicados nos custos de mão de obra deverão coincidir com os definidos na legislação aplicável.

21.9.5.2. O regime de tributação adotado pela empresa deve coincidir com o efetivamente praticado e deverá ser mantido durante toda a execução do contrato.

21.9.5.3. A planilha deverá possuir assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

21.9.6. **Curva ABC de Serviços e Insumos**, com ordenação dos serviços e insumos, conforme o caso, em ordem decrescente de custo total, classificados nas faixas A (percentual acumulado de custo total de 80%), B (percentual acumulado de custo total entre 80 e 95%) e C (percentual acumulado de custo total entre 95% e 100%).

21.9.6.1. Os quantitativos e os custos unitários dos serviços devem coincidir com os seus respectivos custos unitários da proposta vencedora, registrados na Planilha Sintética de Orçamento.

21.9.6.2. O custo total deve coincidir com o custo total da proposta vencedora, registrado na Planilha Sintética de Orçamento.

21.9.6.3. O documento deverá possuir assinatura de responsabilidade técnica, com indicação do nome completo e número de registro no CREA/CAU do responsável pela licitante.

21.10. A Contratada deverá seguir as orientações abaixo referentes aos riscos da contratação:

21.10.1. A Licitante deverá analisar, detida e conjuntamente, os documentos de referência (TR e anexos), publicados pela Administração, dimensionando a sua proposta de forma que englobe todas as despesas necessárias à total e completa execução do objeto, conforme quantidades, especificações e plano de execução disposto neste documento e seus respectivos anexos, considerando ainda eventuais despesas de:

a) Contratação e treinamento dos seus funcionários;

c) Ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais;

e) Fretes, transportes, cargas, descargas, montagens, desmontagens, instalações, movimentações, içamentos, perdas e estocagens, dentro e fora do local dos serviços;

g) Testes, ensaios, exames, provas e laudos necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos;

i) Ferramentas, equipamentos (inclusive os de proteção individual e coletiva) e utensílios;

k) Garantias, seguros, licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins;

m) Limpeza final dos ambientes e áreas afetadas pela execução dos serviços.

21.10.2. A proposta ofertada deverá seguir as quantidades e as especificações da Planilha Orçamentária, anexa deste Termo de Referência, cabendo a desclassificação da empresa que não cumprir tal regra, sendo responsabilidade da Licitante, caso identifique falhas ou erros, quantitativos ou qualitativos, impugnar tempestivamente o instrumento convocatório, conforme orientações do Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário e art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

21.10.3.1. Não será admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores com a pretensão de alterar o valor global proposto, salvo tecnicamente justificado, nos termos anteriormente apresentados.

21.10.3.3. Nesse sentido, qualquer divergência encontrada, seja entre anexos deste Termo de Referência e entre estes e os normativos técnicos e a legislação que com o objeto guardem relação, deverá também ser arguida em momento oportuno, ainda durante o procedimento licitatório. É responsabilidade da Licitante conferir as informações dispostas neste documento e em seus anexos, no ato de elaboração da Proposta de Preços.

21.10.3.5. O não questionamento destas divergências não justificarão o aceite de qualquer parte do objeto que se apresente em desobediência aos referidos documentos.

21.10.3.7. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da Licitante vencedora, sem prejuízo ao disposto no art. 55, inc. III da Lei nº 8.666/1993.

21.10.4. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

21.10.6. Sendo o regime de execução do futuro contrato a **empreitada por preço global (EPG)**, a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do Licitante ou contratado com a adequação de todos as especificações anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos **não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.893/2013.**

21.10.8. Excepcionalmente, de maneira a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, como também para garantia do valor fundamental da melhor proposta e da isonomia, caso, por erro ou omissão no orçamento, se encontrarem subestimativas ou superestimativas relevantes nos quantitativos da planilha orçamentária, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, situação em que se tomarão os seguintes cuidados:



21.10.9.1. A alteração contratual decorrente não poderá superar aos limites estabelecidos no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013, cumulativamente com o respeito aos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93, estes últimos, relativos a todos os acréscimos e supressões contratuais. Os limites devem ser calculados de forma isolada, com cálculo das modificações de forma individual sobre o valor original do contrato, conforme jurisprudência do TCU.

21.10.9.3. Em qualquer caso, a Contratada deverá comprovar, por meio de documentação técnica e memorial de cálculo, a serem analisados pela Contratante, que a alteração eventualmente pleiteada não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol do que estabelece o art. 14 do Decreto nº 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Da mesma forma, deverá ser comprovado que eventuais correções de quantitativo ou inclusões de serviços omitidos, não estão compensadas por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado.

21.10.10. Fica acordado entre as partes (i.e., entre Contratante e Contratada) que, nos termos do parágrafo 3º, art. 65 da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de serem necessários **serviços ou insumos novos** (i.e., não inicialmente previstos na planilha orçamentária contratada), seguir-se-á a metodologia abaixo:

21.10.11.1. A inclusão de serviços ou insumos novos e acréscimos, de forma geral, seguirão a fórmula abaixo:

$$\text{CUSTO UNIT.,CALC} = \text{CUSTO UNIT.,REF} \times \text{BDI,REF} \times \text{DESCONTO GLOBAL [\%]}$$

Sendo,

**CUSTO UNIT.,CALC** = custo unitário calculado (para o insumo ou serviço novo, a ser acrescido ao contrato);

**CUSTO UNIT.,REF** = custo unitário (do insumo ou do serviço), no SINAPI, considerando a mesma referência de tempo (mês/ano) do orçamento de referência;

**BDI, REF** = BDI utilizado pela Administração, no orçamento de referência; e

**DESCONTO GLOBAL** = desconto global obtido no certame, conforme fórmula abaixo:

$$\text{DESCONTO GLOBAL [\%]} = (\text{ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA - ORÇAMENTO CONTRATADO}) \times 100\% / \text{ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA}$$

21.10.11.3. Caso existentes na planilha orçamentária contratada, serão utilizados os insumos (i.e., os custos unitários) e as composições auxiliares (i.e., os índices de produtividade e de utilização e/ou custos unitários) já previstos em contrato, conforme proposta vencedora.

21.10.11.5. Caso os itens comentados no dispositivo anterior (insumos e composições auxiliares) apresentem múltiplos valores ao longo da planilha orçamentária contratada, serão adotados os menores custos unitários contratados.

21.10.11.7. **Exemplo:** a Contratada apresentou proposta com desconto não linear, com o insumo cimento a R\$ 0,60/kg e a R\$ 0,55/kg. Caso o novo serviço contenha o insumo cimento, será utilizado o custo unitário de R\$ 0,55/kg, menor custo apresentado na proposta contratada.

21.10.11.9. Caso as novas composições não constem na planilha contratada, serão utilizadas, de forma prioritária, as composições (índices de produtividade e de utilização) do SINAPI. De forma complementar, caso inexistam no referido sistema, serão utilizadas composições obtidas em sistema específico, instituído para o setor (e.g., ORSE, SBC, AGESUL, AGETOP CIVIL, CPOS, etc.).

21.10.11.11. Caso os novos insumos ou composições não constem na planilha contratada, serão utilizados custos unitários obtidos do **SINAPI**, utilizando-se a mesma base de referência (mês/ano) do orçamento da Administração. De forma complementar, caso inexistam no referido sistema, serão utilizados custos unitários obtidos a partir de mecanismos específicos de **pesquisa de preço**, conforme orientações e procedimentos descritos na **IN SEGES/ME nº 65/2021**.

21.10.11.13. Por fim, deverá ser aplicado o desconto global, obtido na licitação, com vistas a garantir a manutenção do percentual de desconto ofertado pela Contratada, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos artigos 14 e 15 do Decreto 7.983/2013.

21.10.12. Subdimensionamentos e superdimensionamentos de **até 10% (dez por cento) dos quantitativos inicialmente previstos** serão considerados **irrelevantes** e, por isso, não serão objeto de qualquer alteração contratual, conforme orientações do Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário.

21.10.12.1. Se o percentual do erro ficar abaixo do limite acima disposto, o serviço não será considerado relevante, tratando-se de risco ordinário do empreendimento, a ser remunerado pela "Taxa de Risco" que consta do BDI, não devendo fundamentar a prolação de Termos Aditivos.

21.10.12.3. Se o percentual do erro ficar acima do limite acima disposto, somente **serviços de materialidade relevante**, assim considerados os que compõem o **ramo A da curva ABC** e corresponderem a, **no mínimo, 2% do valor do contrato**, serão **considerados substanciais**, conforme orientações contidas no Acórdão 1.977/2013 – TCU – Plenário, sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para que possa haver alteração ulterior do contrato, nos termos do art. 65, II da Lei nº 8.666/93 e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

21.10.12.5. Em cada caso concreto, será analisada a envergadura do erro em relação ao valor global da avença, em comparação do que seria exigível incluir como risco/contingência no BDI para o regime de empreitada global, bem como a exigibilidade de identificação prévia da falha, no momento de elaboração da proposta.

21.10.12.7. Para fins de aplicação do dispositivo anterior, será considerada a "Taxa de Risco" fixada pela Administração por ocasião da elaboração do BDI.

21.10.12.9. Em nenhuma hipótese, serão objeto de alteração contratual serviços previstos na planilha orçamentária com unidade de medida "unidade [UN ou UNID]".

## 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é de R\$9.237.651,47 (nove milhões, duzentos e trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos).

22.2. Nos termos da Lei 12.546/2011, no Art. 7º, III, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta as empresas do setor de construção civil. A opção da desoneração por serviço ou para toda a empresa se dá quando a empresa é contratada por empreitada total, que é aquela na qual a empresa assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização do serviço, que é o caso presente.

22.3.1. Atualmente, a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB - para as empresas da construção civil é de 4,50 %, e tal alíquota entra na composição do BDI, na parte relativa aos impostos.

22.3.3. Conforme detalhado na Planilha Orçamentária, foram adotados valores referenciais iguais aos do SINAPI de julho/2023, não desonerados, em conformidade com o Art. 3º do Decreto 7.983, de 2013, uma vez que tal composição proporcionou os menores custos

para a administração pública. Contudo, cabe às licitantes a aplicação da correta tributação a qual estiverem vinculadas.

22.3.6. Com relação aos quantitativos, foram adotados os presentes no Caderno de encargos e Especificações Técnicas anexo a este Termo de Referência, sendo responsabilidade da Contratada o levantamento dos quantitativos a serem incluídos em sua proposta.

22.3.9. Quando não foi possível a obtenção direta do serviço a ser executado, obedecendo as especificações técnicas do Caderno de encargos e Especificações Técnicas fornecido, foi elaborada composição própria, utilizando o banco de dados do SINAPI (julho/2023) em associação ao banco de dados do SBC (07/2023) e pesquisas de mercado, conforme detalhado na Planilha Orçamentária.

22.4. O percentual de BDI adotado segue as recomendações do art. 9º do Decreto 7.983, de 2013, através da adoção dos referenciais propostos pelo Tribunal de Contas da União – TCU – por meio do Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, conforme memória de cálculo da Planilha de Composição do BDI.

## **23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

23.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

## **24. ANEXOS**

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

24.2. Anexo I – Termo de justificativas técnicas relevantes (Documento SEI 0828732);

24.3. Anexo II – Caderno de encargos e Especificações Técnicas (Documento SEI 0610810);

24.4. Anexo III – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços (Documento SEI 0956228);

24.5. Anexo IV – Planilha de Composição de BDI Documento SEI (Documento SEI 0956228);

24.6. Anexo V – Cronograma físico-financeiro (Documento SEI 0956228);

24.7. Anexo VI – Estudos Preliminares (Documento SEI 0610779);

24.8. Anexo VII - Instrumento de Medição de Resultados (Documento SEI nº0903118);

24.9. Anexo VIII - Ordem de Início de Serviços Modelo (Documento SEI nº0903121);

24.10. Anexo IX - Ficha de aplicação do IMR (Documento SEI nº 0903124);

24.11. Anexo X - Relatório Diário de Ocorrências Modelo (Documento SEI nº0903138);

24.12. Anexo X - Documentos referentes à responsabilidade técnica - ART (Documento SEI 0831596).

Brasília, 19 de setembro de 2023.

INTEGRANTE REQUISITANTE E TÉCNICO TITULAR

INTEGRANTE REQUISITANTE E TÉCNICO SUBSTITUTO

COORDENADOR DE ENGENHARIA E OBRAS

Documento assinado eletronicamente

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: maio/2023  
Termo de Referência – Serviços de Engenharia – Licitação – Modelo para Pregão Eletrônico  
Aprovado pela Secretaria de Gestão.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Referência: Processo nº 00091.014305/2021-60

SEI nº 0961346

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -